



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

1ª VARA DO TRABALHO DE ASSIS - 0036

[1501 a 2000 processos]

Entre os dias 04 e 05 do mês de abril de 2017, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 02/2017, divulgado em 02/02/2017 no DEJT (Edição 2161/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 287). Presentes o Juiz Titular MARCO ANTÔNIO DE SOUZA BRANCO e a Juíza Substituta Auxiliar Fixa BÁRBARA BALDANI FERNANDES NUNES. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	ASSIS, CRUZALIA, FLORINIA, PALMITAL, PEDRINHAS PAULISTA, TARUMA, PLATINA, PARAGUACU PAULISTA, MARACAI, ECHAPORA, CANDIDO MOTA
Lei de Criação:	7.471/86
Data de Instalação:	24/10/1986
Data de Instalação do PJE:	26/02/2014
Data da Última Correição:	12/04/2016
Acervo Físico/Acervo Total:	26 %
Acervo PJe/Acervo Total:	74 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
MARCO ANTONIO DE SOUZA BRANCO	20/09/1999

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
05/07/2016 a 03/08/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
08/02/2017 a 09/03/2017	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
08/02/2017 a 28/03/2017	FERIAS	SEM SUBSTITUTO



2 - JUIZES AUXILIARES [01/04/2016 a 27/03/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ALEXANDRE FRANCO VIEIRA	15/06/2016 a 19/06/2016
ALEXANDRE FRANCO VIEIRA	21/06/2016 a 20/07/2016
ALEXANDRE FRANCO VIEIRA	24/07/2016 a 14/08/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ANDREIA NOGUEIRA ROSSILHO DE LIMA	27/05/2016 a 14/06/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
BARBARA BALDANI FERNANDES NUNES	07/01/2016 a 19/12/2016
BARBARA BALDANI FERNANDES NUNES	07/01/2017 a 28/03/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
29/03/2016 a 27/04/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
02/05/2016 a 29/08/2016	LICENCA A GESTANTE	SEM SUBSTITUTO
30/08/2016 a 28/10/2016	PRORROGACAO LICENCA	SEM SUBSTITUTO
08/11/2016 a 07/12/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO

NOME	PERÍODO
ERIKA RODRIGUES PEDREUS	19/09/2016 a 18/10/2016
ERIKA RODRIGUES PEDREUS	10/03/2017 a 12/03/2017

Afastamentos: Não houve



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



2 - JUIZES AUXILIARES [01/04/2016 a 27/03/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
MOUZART LUIS SILVA BRENES	29/11/2016 a 07/12/2016
MOUZART LUIS SILVA BRENES	08/12/2016 a 11/12/2016

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [28/02/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANA PAULA FLORENCIO	REQ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	05/09/2005
BARBARA CAMACHO ZIRONDI ABIB	TJA	FC-02 ASSISTENTE	01/10/2009
CARMEN SILVIA MENDONCA COSTA ROGALSKY	TJA	-	06/06/2016
CICERO MATEUS DE ANDRADE	TJA	-	31/03/2015
NATALIA BERTOLLA FLORENCIO	REQ	FC-04 ASSISTENTE TECNICO DE VARA DO TRABALHO	24/03/2014
NEWTON CLEMENTE	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	09/11/2000
RAFAEL TROMBINI SANGUINI	REQ	-	28/06/2013
ROSEMARY YOSHIE MARUYAMA	AJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	29/10/1993
SIRLEI FERREIRA DELGADO	REQ	FC-01 EXECUTANTE	09/06/1997
SUZI MAYUMI TANAKA	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	15/10/2010
THELMA HELENA SIQUEIRA DA MOTTA	REQ	FC-04 CALCULISTA	31/07/2001
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			6
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			5
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			13-14



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM RECESSO	10
LICENÇA MÉDICA INDEFERIDA	4
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	13
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	2
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	2
TRÂNSITO	10
TOTAL	41



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [28/02/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
DANIELE FERNANDA MUNHOZ RIBEIRO	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MUNICÍPIO DE ASSIS	19/03/2015
FABIOLLA MARTINS BORTOLATO	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MUNICÍPIO DE ASSIS	30/01/2017
MOURAO ALVES PEREIRA BARRETO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2017



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ALEXANDRE FRANCO VIEIRA	40
MARCO ANTONIO DE SOUZA BRANCO	8

SERVIDORES	HORAS
NEWTON CLEMENTE	15
RAFAEL TROMBINI SANGUINI	40
THELMA HELENA SIQUEIRA DA MOTTA	80



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	278	803	404
	Aguardando encerramento da instrução	1.060	734	1.050
	Aguardando prolação de sentença	186	122	144
	Aguardando cumprimento de acordo	22	265	166
	Solucionados pendentes de finalização na fase	2.610	3.019	2.999
	Pendentes de finalização		2.621	3.091
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	694	426	824
	Liquidados pendentes de finalização na fase	318	334	554
	Pendentes de finalização	695	606	868
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	699	833	862
	Encerrados pendentes de finalização na fase	388	478	405
	Pendentes de finalização	793	930	928
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	1	0	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	88	54	53
TOTAL		4.198	4.682	4.877



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	153	122	38
Exceções de Incompetência	19	18	4
Antecipações de Tutela	136	143	1
Impugnações à Sentença de Liquidação	6	1	7
Embargos à Execução	52	29	43
Embargos à Arrematação	1	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	12	4	2
TOTAIS	379	317	95



6 - RECURSOS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	527	517	66
Recurso Adesivo	23	24	0
Agravo de petição	40	35	6
Agravo de Instrumento	11	3	6
TOTAIS	601	579	78



7 - PRAZOS MÉDIOS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	272	116	185	163
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.329	327	350	394
Total / Média	1.601	291	313	356

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	266	155	190	185
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.276	385	349	435
Total / Média	1.542	345	312	394

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	92	75	29	47
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	683	111	41	76
Total / Média	775	106	39	72

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	16	351	206	439
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	210	377	239	421
Total / Média	226	375	233	423

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	1.227	2.673	1.783	2.748
Do início ao encerramento da execução - ente público	66	1.340	915	1.226
Total / Média	1.293	2.605	1.687	2.668

*Do início até a extinção da execução

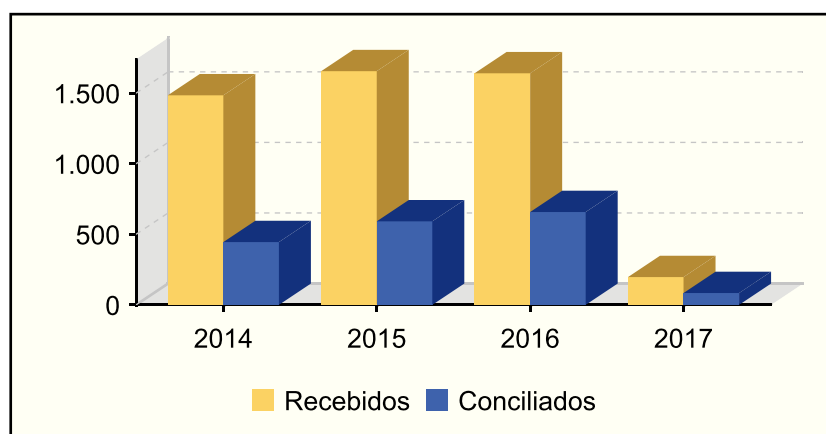


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

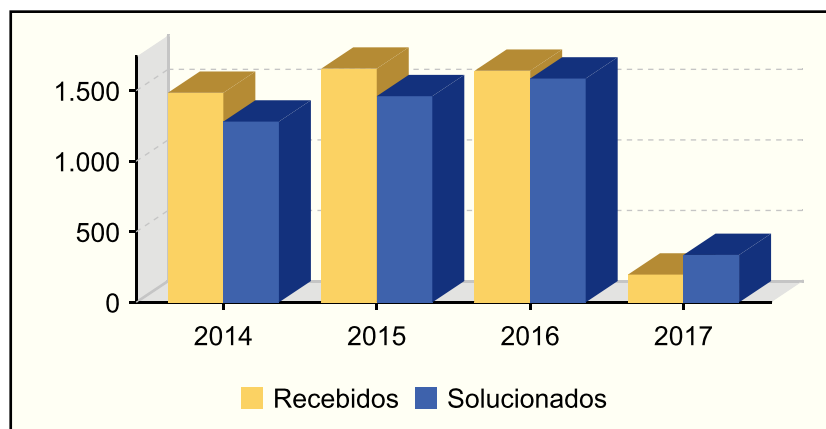
8.1 - Índice de conciliações [até 02/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	1.485	445	29,97
2015	1.656	592	35,75
2016	1.641	658	40,10
2017	197	84	42,64



8.2 - Índice de soluções [até 02/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.485	1.281	86,26
2015	1.656	1.461	88,22
2016	1.641	1.586	96,65
2017	197	336	170,56



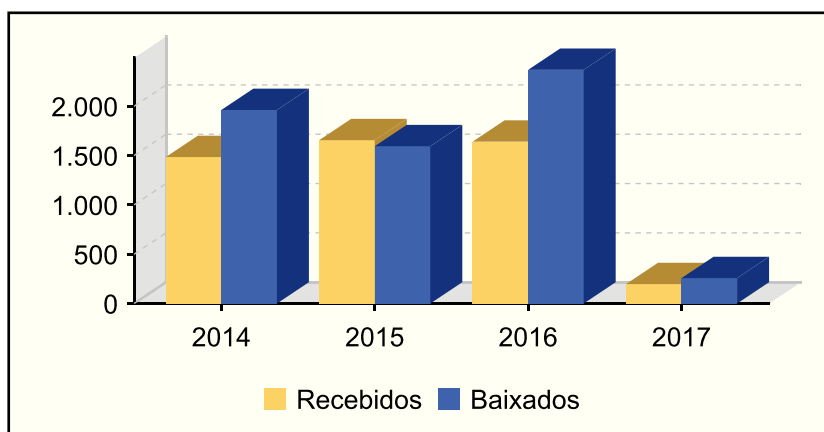


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

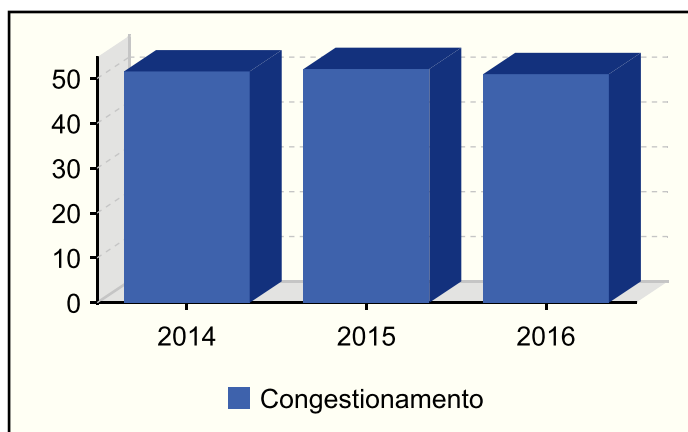
8.3 - Índice de baixas [até 02/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	1.485	1.962	132,12
2015	1.656	1.595	96,32
2016	1.641	2.369	144,36
2017	197	258	130,96



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.160	1.485	1.281	51,57
2015	1.395	1.656	1.461	52,11
2016	1.593	1.641	1.586	50,96

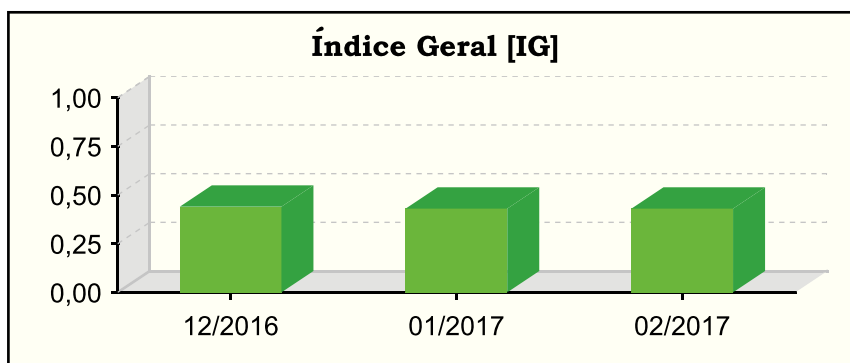
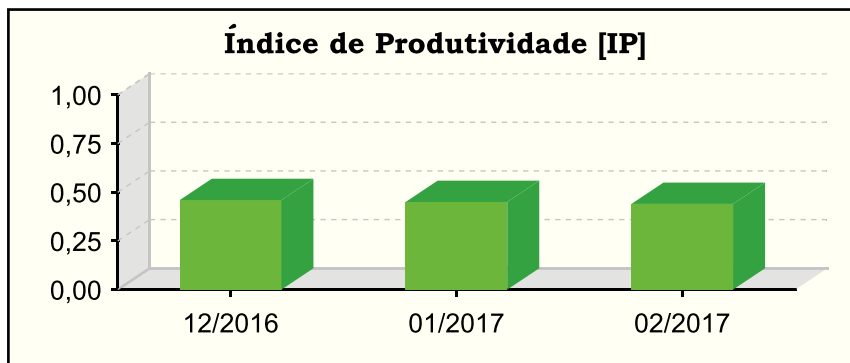
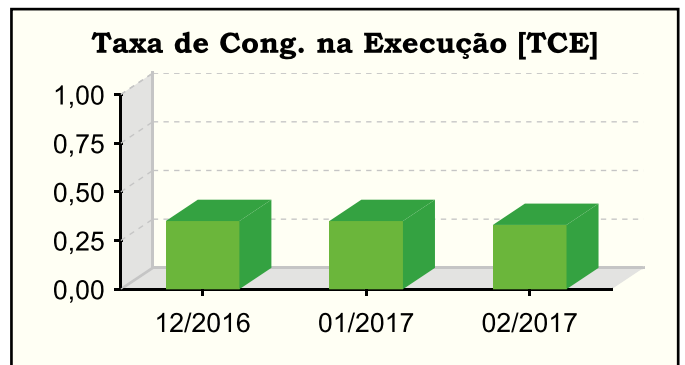
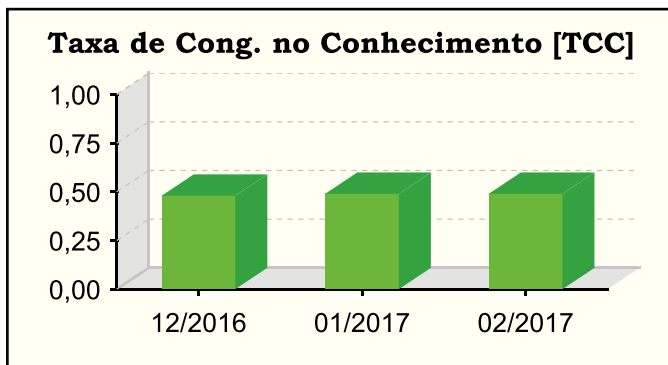




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
12/2016	0,48	0,35	0,46	0,44
01/2017	0,49	0,35	0,45	0,43
02/2017	0,49	0,33	0,44	0,43





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	689	57,4	37,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	760	63,3	41,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.449	120,8	78,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	277	23,1	15,0
Incidentes Processuais Resolvidos	365	30,4	19,7
Dias-Juiz	555	46,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	24.483	63,8	42,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	25.166	65,5	43,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	49.649	129,3	85,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.565	22,3	14,8
Incidentes Processuais Resolvidos	17.244	44,9	29,7
Dias-Juiz	17.408	45,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.314	70,4	46,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	138.490	75,4	49,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	267.804	145,9	95,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.457	27,5	17,9
Incidentes Processuais Resolvidos	98.022	53,4	34,9
Dias-Juiz	84.374	46,0	---

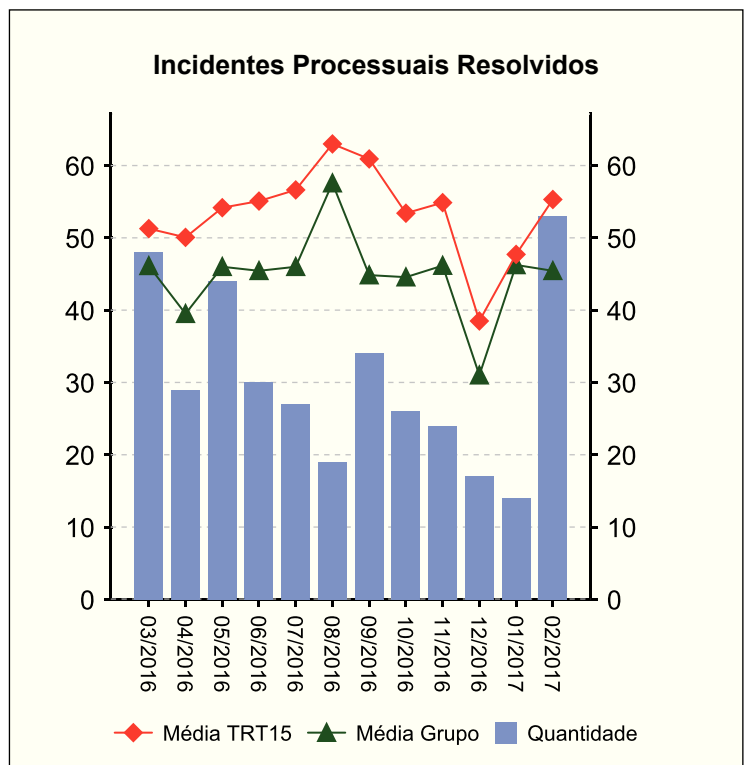
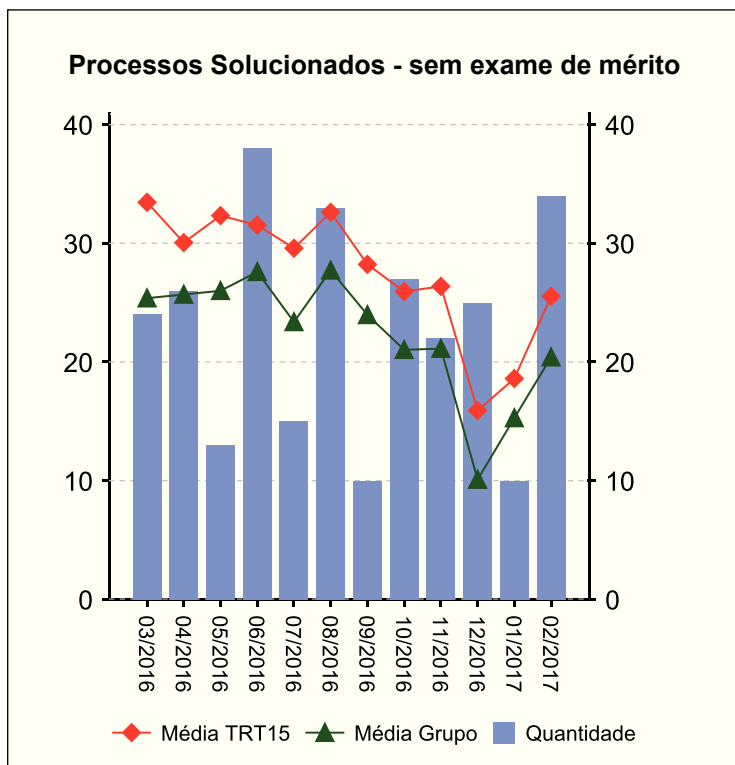
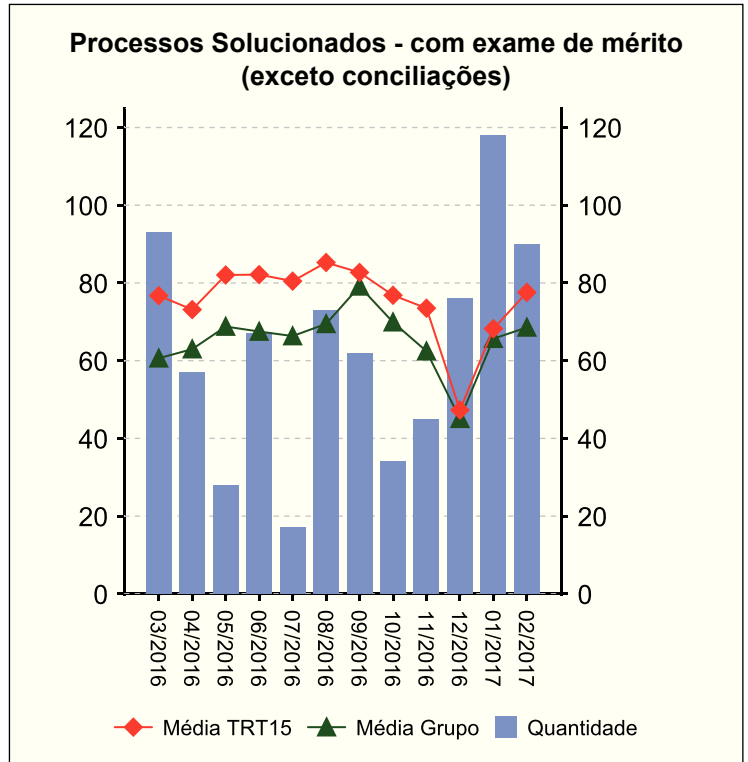
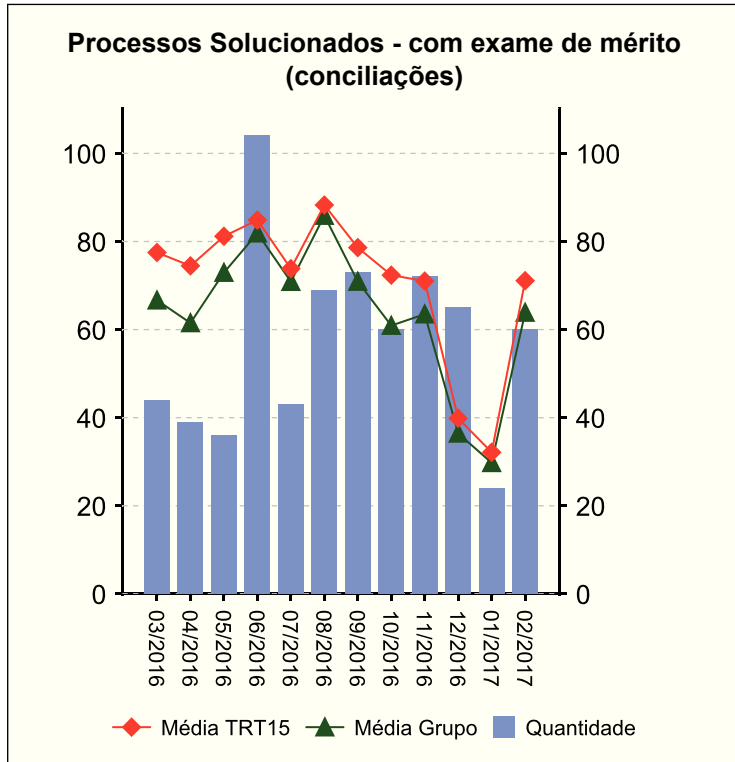
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.394	116,2	75,4
Sessões de audiência realizadas - instrução	659	54,9	35,6
Sessões de audiência realizadas - una	292	24,3	15,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	30	2,5	1,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	142	11,8	7,7
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	951	79,3	51,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	172	14,3	9,3
Dias-Juiz	555	46,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	24.073	69,2	41,5
Sessões de audiência realizadas - instrução	17.321	45,1	29,9
Sessões de audiência realizadas - una	26.042	67,8	44,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	6.719	17,5	11,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	5.375	14,0	9,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	43.363	112,9	74,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	12.094	31,5	20,8
Dias-Juiz	17.408	45,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	123.476	72,5	43,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	91.123	49,6	32,4
Sessões de audiência realizadas - una	154.465	84,7	54,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	30.967	16,9	11,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	31.455	17,1	11,2
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	245.588	133,8	87,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	62.422	34,0	22,2
Dias-Juiz	84.374	46,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

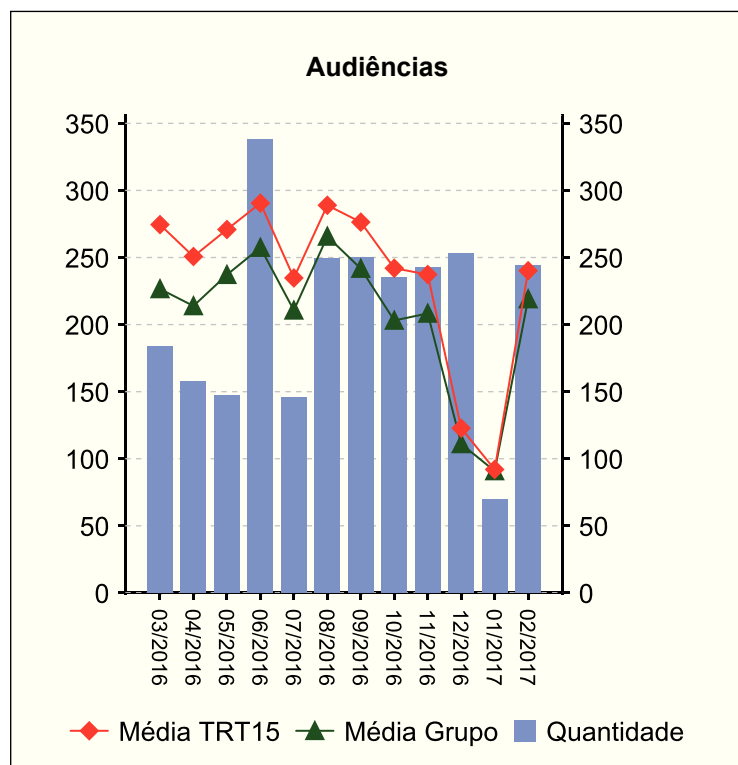


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

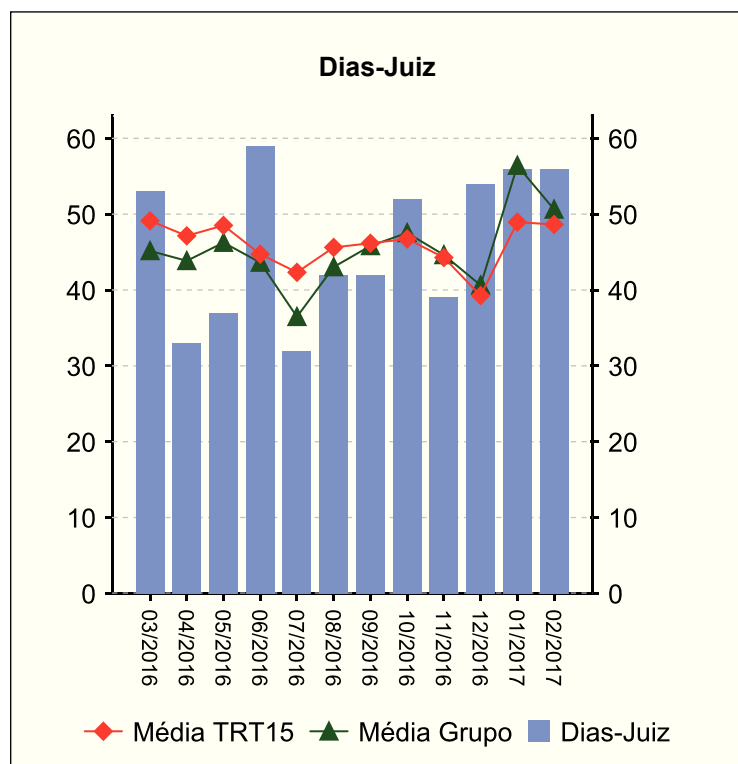
[03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
03/2016	5	12	92	60	15	184
04/2016	1	6	61	53	37	158
05/2016	4	11	72	49	11	147
06/2016	1	15	167	118	37	338
07/2016	16	3	70	39	18	146
08/2016	0	21	116	78	34	249
09/2016	2	36	132	55	25	250
10/2016	0	15	169	35	16	235
11/2016	0	5	169	40	29	243
12/2016	0	8	180	40	25	253
01/2017	0	8	32	19	11	70
02/2017	1	2	134	73	34	244
Total	30	142	1394	659	292	2517



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
03/2016	53
04/2016	33
05/2016	37
06/2016	59
07/2016	32
08/2016	42
09/2016	42
10/2016	52
11/2016	39
12/2016	54
01/2017	56
02/2017	56
Média Mensal	46,2



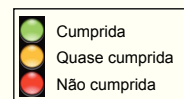
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

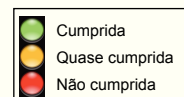
Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1641	1586	55	137	132	97 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

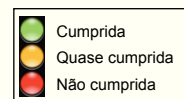
Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1485	1337	1358	0	132	38	29 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
352	1404	0	29	117	100 %





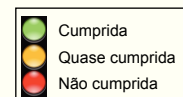
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

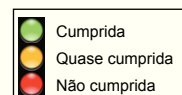
Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
3	3	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
353	327	346	100 %





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 14.625,61	R\$ 9.312,64	R\$ 0,00	R\$ 343.287,16



13 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos 2014, 2015, 2016)	Faixa Processual (Res. CSJT 63/2010)	Ideal (Res. 63/2010 CSJT (exceto OJA))	Lotação atual (exceto OJA)	Ideal Port. GP 24/2016 (exceto OJA)
1.594	1.500 a 2.000	13 – 14	9	12

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Considerando o histórico deficit de pessoal que atinge todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, visando a adequação da lotação, a Presidência instituiu através da Portaria GP nº 24/2016, redutor na proporção de 16% sobre o ideal fixado para todas as Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, até que sobrevenha aprovação de lei de criação de cargos.

Com base no exposto, o número atual de servidores lotados na Vara do Trabalho está abaixo dos parâmetros previstos na referida Portaria.

14 – ACERVO DA UNIDADE:

14.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fontes: informação da Unidade e consulta realizada na Corregedoria)

	PJe*		SAP*
Data de corte:	20/02/2017	Data de corte:	20/02/2017
Saldo:	329	Saldo:	15
Data do mais antigo	26/10/2016	Data do mais antigo	1º/12/2016
		Total:	344

* formulário 1.1.

**relatório sem tramitação SAP - consulta realizada no dia 27/03/2017, às 10h30.



14.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,43.

Esse índice demonstra o empenho dos gestores na condução dos processos judiciais e dos processos de trabalho. Além disso, como registrado no item anterior, não há saldo expressivo de processos sem tramitação há mais de 30 dias.

15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

15.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0011831-70.2015.5.15.0036, 0010661-29.2016.5.15.0036 e 0011723-41.2015.5.15.0036;

15.2 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 28/03/2017, verificou-se a existência de 1.483 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0010549-31.2014.5.15.0036, 0001690-60.2013.5.15.0036 e 0001760-77.2013.5.15.0036);

15.3 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0080500-59.2007.5.15.0036 e 0032700-64.2009.5.15.0036;

15.4 – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, e não adota o procedimento de incidente de



desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

15.5 – há audiências designadas em três dias da semana, segundo consulta ao PJ-e no período de 28/03/2017 a 25/05/2017;

15.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 142 no período de 03/2016 a 02/2017;

15.7 – não exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

16 – PRODUTIVIDADE DA VARA:

16.1 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,48 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a 1ª Vara do Trabalho de Assis apresenta 48% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 46,3 dias-juiz nos últimos doze meses, superior à média do grupo (45,3).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados por meio de conciliações (37,2) inferior à média de referido grupo (42,2). Excetuando-se as conciliações, a média de



processos solucionados com exame de mérito, também foi inferior (41,1) em comparação ao grupo (43,4), considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês.

Registre-se, ainda, que a Meta 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano) do CNJ não foi cumprida integralmente (índice atingido 97%).

17 – AUDIÊNCIAS

Em consulta ao PJ-e realizada em 27/03/2017, às 14h, foi verificado que há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (EM DIAS *)
INICIAIS	16/05/2017	-	50
UNAS	24/05/2017	-	60
INSTRUÇÕES	06/12/2017	7	260
CONCILIAÇÃO	20/04/2017	-	30
MEDIAÇÃO(**)	-	-	-

(*) aproximadamente.

(**) não são realizadas audiências de mediação.

Observação: A pauta de audiências da Unidade é automatizada. Foi informado pela Unidade que os processos que envolvam Órgão Público são excluídos de pauta em atenção à Recomendação GP-CR nº 01/2014. Foi informado, também, que os processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta.

17.1 – Composição das pautas (fonte: Vara do Trabalho).

17.1.1 – JUIZ TITULAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã						
	tarde	2	8	4	2		16
quarta	manhã						
	tarde	2	8	4	2		16



quinta	manhã						
	tarde	2	8	4	2		16
sexta	manhã						
	tarde						

17.1.2 – JUIZ AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã						
	tarde	2	8	4			14
quarta	manhã						
	tarde	2	8	4			14
quinta	manhã						
	tarde	2	8	4			14
sexta	manhã						
	tarde						

Conforme Comunicado nº 29/2016-GP-AAm, a Juíza Auxiliar atua em regime de compartilhamento, permanecendo nesta Unidade apenas na primeira quinzena de cada mês. Nesse aspecto, é solicitação do magistrado titular a fixação de juiz auxiliar para a Unidade, razão por que a Presidência deste E. Regional da 15ª Região será oficiada para conhecimento e providências que entender cabíveis.

17.1.3 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou não serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação.

Considerando o acervo da Unidade, especialmente na fase de conhecimento (total de 4.198 processos, dos quais 2.621 estão em fase de conhecimento – 1.060 aguardando encerramento da instrução processual – item 4 da Ata) e o elevado prazo médio na respectiva fase (345 dias – item 7.1 da Ata), sugere-se intensificar a realização de audiências de tentativa de conciliação para solução dos feitos, seja por meio de mediação ou de audiências de tentativa de conciliação.



Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios, beneficiando principalmente o Jurisdicionado.

17.1.4 – ANÁLISE:

Observando o gráfico no Item 10.2, verifica-se que a Unidade, com dados apurados até 25/02/2017, tem produtividade de audiências unas e de instrução (51,4 – RARIA) inferior à média mensal do grupo (74,7 – RARIA), bem como com a média do TRT (87,3), de acordo com os atuais critérios adotados.

Verificou-se que do total de 2.517 audiências, 1.394 foram do tipo inicial, 659 de instrução, 142 de conciliações na execução, 30 de conciliação no conhecimento e 292 unas.

Conforme se observa do quadro acima, ao distribuir uma ação para a 1ª Vara, é necessária a espera de cerca de dois meses para a realização da audiência inicial, considerando que a pauta tem agendamentos para 16/05/2017. Para prosseguimento por meio da audiência de instrução, seria necessário que se aguardasse mais oito meses. Salvo melhor juízo, talvez seja esse o motivo de o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença estar acima da média: enquanto o grupo tem prazo médio de 312 dias para prolatar a sentença, a 1ª Vara leva, em média, 345 dias.

Observou-se, ainda, haver audiências de instrução designadas até 06/12/2017. Além disso, verificou-se que do total de 2.517 audiências, 1.394 foram do tipo inicial, 659 de instrução, 142 de conciliações na execução, 30 de conciliação no conhecimento e 292 unas.

Considerando o expressivo número de audiências iniciais realizadas na Unidade, recomenda-se que seja analisada a viabilidade de incrementar e substituir horários destinados àquelas do tipo inicial por audiências unas e de instrução, assim como implementar a boa prática abaixo descrita, já utilizada em outras unidades deste Tribunal com objetivo de otimizar as pautas e conferir maior celeridade à tramitação dos feitos.

Quanto às boas práticas, além das medidas já divulgadas, destaca-se o projeto “Mediação/UNA”, adotado na Vara do Trabalho de São Sebastião. A prática consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja



obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso. O Juízo deverá **anexar ao PP nº 384-2017 PROAD, no prazo de 10 (dez) dias**, informações a respeito das providências adotadas.

18 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos às hastas unificadas da Circunscrição ao longo do ano de 2016 e também às hastas designadas para 2017. No entanto, em pesquisa por amostragem, verificou-se a retirada de bens ou processos sob justificativa de existência de alienação fiduciária, indicando lançamentos incorretos no sistema.

19 – RECOMENDAÇÃO:

19.1 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que, ao menos no PJe, fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.

20 – DETERMINAÇÕES:

20.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentenças.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

20.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da



necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

20.3 – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

20.4 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

20.5 – envidar esforços para alcançar as Metas do CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a de nº 1 do CNJ.

20.6 – observar os normativos: Comunicado CR nº 07/2016 (envio de valores atualizados dos créditos trabalhistas dos Devedores Insolventes às Coordenadorias);

20.7 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

20.8 – observar os termos das Portarias CR nº 07/2013 e 03/2014, que tratam da padronização dos setores destinos das ocorrências do SAP1G e a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das subcaixas no PJe;

20.9 – tramitar nos processos a ocorrência “PAN” ou encaminhá-los para a tarefa “minutar sentença”, conforme Portaria GP-CR Nº 89/2015, após encerrada a instrução processual, independentemente da designação de audiência de julgamento;

20.10 – utilizar as ferramentas eletrônicas e convênios de acordo com o previsto no Provimento GP-CR nº 05/2015 e alterações subsequentes, bem como Ordens de Serviço desta Corregedoria que definiram as atribuições dos GIEs e Oficiais de Justiça;

20.11 – utilizar regularmente as ferramentas SERASA, CCS, CENIB, SIMBA, exaurindo as iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;

20.12 – proceder a regular habilitação do GIE para a utilização do convênio INFOSEG, se necessário for;

20.13 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no art. 2º do Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim zelando pela celeridade processual e bom atendimento ao jurisdicionado, contrário do verificado nos processos nº 0011000-37.2006.5.15.0036 (retirado por constar alienação fiduciária);



20.14 – tomar as medidas administrativas cabíveis, a fim de regularizar a lotação do servidor que atua na Unidade, mas está lotado na CIA, de maneira que a força de trabalho computada no MGD seja aferida corretamente.

21 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0001724-35.2013.5.15.0036	AGA – aguardando audiência	O processo está ocorrência aguardando audiência. Porém, não há audiência designada para o processo. O último despacho datado de 06/2016 concede prazo para o perito apresentar esclarecimentos. Determina-se que os processos incluídos na META 2 sejam tramitados com prioridade, incluindo-o, se o caso, em pauta de audiência prioritária.
2	0001776-31.2013.5.15.003	PZO – perito – aguardando agendamento de perícia	O processo está aguardando agendamento de perícia desde 06/2016. Determina-se que os processos incluídos na META 2 sejam tramitados com prioridade, incluindo-o, se o caso, em pauta de audiência prioritária.
3	0000161-42.2012.5.15.0036	APS - apensado	O processo está na ocorrência APS – apensado ao processo 0000164-92.2012.5.15.0036 desde 14/09/2012. Entretanto, o processo 0000164-92.2012.5.15.0036 está arquivado definitivamente desde 01/12/2016. Determina-se o saneamento da inconsistência.
4	0010644-90.2016.5.15.0036	tarefa análise de execução	O processo está na tarefa intermediária desde 23/02/2017. O Processo versa sobre execução de título extrajudicial, o qual foi autuado em 05/05/2016 e não teve tramitação efetiva até o momento. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Determina-se o prosseguimento ao feito.
5	0001132-59.2011.5.15.0036	Ocorrência RME – remetido ao tribunal em execução	O processo está na ocorrência RME – remetido ao tribunal em execução desde 06/12/2016. A petição nº 5301/2016-AP foi juntada aos autos e analisada, porém não foi registrada no sistema. Determina-se o saneamento da inconsistência.
6	0046800-29.2006.5.15.0036	Ocorrência RMA remetido ao arquivo	O processo está na ocorrência RMA – remetido ao arquivo desde 19/11/2013. Entretanto, consta pendência no sistema em relação ao pagamento. Há outros processos na mesma situação. Determina-se o saneamento da inconsistência.




22 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foram realizadas reuniões com os servidores agrupados de acordo com a fase processual em que atuam para orientações quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho.

a) Fase de conhecimento

Quanto à perícia, a Unidade não adota o controle de perícias e não detém a agenda do perito, apenas, faz a sua indicação, a quem cabe comunicar a data, horário e local da perícia às partes; não realiza depósito de honorários prévios direto na conta do perito, que, aliás, só é liberado após a apresentação do laudo, descaracterizando a natureza do depósito.

Nesse sentido, a Corregedoria reitera a sugestão para adoção do controle de perícias, em posse da agenda do peritos, aos quais cabe acompanhar suas nomeações e demais decorrências, uma vez que têm amplo acesso ao agendamento, bastando a consulta em painel próprio, conforme consta do Manual do Perito no sítio do CSJT (https://pje.csjt.jus.br/manual/index.php/Manual_Perito). Esse procedimento consiste em, fixadas as datas da perícia, do laudo (observado prazo razoável de exequibilidade), das impugnações e de eventuais esclarecimentos, o perito e as partes se comunicam entre si, por meio de seus endereços eletrônicos, para apresentação da prova pericial, após sua conclusão efetiva.

Para facilitar o acesso às deliberações de ata de audiência, a Corregedoria sugere o seguinte: após a importação das audiências do sistema AUD para o PJE, no sistema PJE, selecione a aba “Audiências/Integração com AUD/Verificar audiências importadas”. Aberta a janela “Sistema AUD - Importação”, defina o dia ou período da audiência com a qual se trabalhará e, na sequência, selecione o processo . Aberto o processo, ainda na janela “Sistema AUD – Importação”, selecione a última aba à direita “Observação” e ali, registre um breve relato das deliberações de audiência. Assim, ao consultar o agrupador “Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiência (atas assinadas)”, aquele breve relato fica, facilmente, visível na coluna “Ações”.

Constata-se a implementação da notificação eletrônica de iniciais junto às grandes empresas, das quais a Unidade detém o aceite e certifica nos autos. Reitera-se que a notificação eletrônica inicial seja realizada, exclusivamente, pela equipe de conhecimento. Nesse aspecto, a Corregedoria insiste que os endereços eletrônicos e aceites obtidos pelos



oficiais de justiça sejam compartilhados com a Unidade. Aos oficiais de justiça compete realizar as notificações, apenas, de caráter pessoal.

b) Fase de liquidação e fase de execução

Verificada a adoção da prática de notificação eletrônica de iniciais, a equipe esclarece que há planejamento para implementar a citação por notificação eletrônica, haja vista a existência de aceite.

Na fase de liquidação, verifica-se que está mantido o procedimento verificado na última correição e, quanto à realização de mediação, aguardam deliberação do magistrado para implementação. Cuida-se o procedimento de intimar o reclamante para apresentação de cálculos, seguido da manifestação da reclamada e posterior homologação. Silentes ou divergentes as partes, haverá nomeação de perito.

As minutas de embargos à execução que discutem matéria de direito são redigidas pela equipe e, não, pelos assistentes de juízes, aos quais são destinados, somente, a redação de minutas pertinentes à fase de conhecimento.

No tocante às requisições de pequeno valor, verifica-se o registro em duplicidade: primeiro como depósito judicial e, por fim, de “RPV – QUITADA”, sendo regular, somente, o segundo registro.

Constata-se que a queda na taxa de congestionamento da execução se justifica com a reunião de execuções, expedição de certidões de falências (ex.: Santa Luzia, São José e Pau D'Alho), entre outros. Inicialmente, após a negativa de todas as ferramentas eletrônicas (pesquisa básica), foi feito o arquivamento provisório; decorrido um ano, houve a renovação de todas as pesquisas básicas que quando negativas, finalmente, ensejaram a expedição de certidão de crédito, cuja impressão é feita, apenas, quando o advogado vem à Unidade para retirá-la. Também, constata-se o envio direto ao endereço eletrônico do advogado, quando requerido e anuído por ele. Por fim, seguiu-se o arquivamento definitivo.

Na fase de execução, verificam-se algumas pendências para saneamento, conforme rol do item 21.

Quanto ao servidor lotado na CIA, contudo, atuando na Unidade, foi informado que tem o objetivo de equalizar a execução no fórum, utilizando a CIA, exclusivamente, para a execução em si. Nesse aspecto, a Corregedoria determina a regularização da lotação desse servidor, uma vez que sua força de trabalho deve ser contabilizada na unidade em que atua, retratando, corretamente, os números aferidos no MGD (item 20.14).



23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Não houve.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com a Magistrada Auxiliar sobre o processo nº 0000471-48.2013.5.15.0897 PA, que trata de autorização para residir fora da sede da Circunscrição.

24.2 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correção foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.3 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 384/2017.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 05 de abril de 2017, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.